



**MOBILIDADE DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO E OS
PROCESSOS TERRITORIAIS NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA –
BA**

Miriam Cléa Coelho Almeida
UESB – miriamclea@gmail.com
Ana Elizabeth Santos Alves
UESB - ana_alves183@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Esse trabalho objetiva analisar uma das questões abertas pela tese de doutoramento que tem como objetivo central a análise das memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional e as suas contradições na produção territorial na cidade de Vitória da Conquista – BA. Essa questão refere-se às relações da mobilidade do capital e da força de trabalho com os processos territoriais, sobretudo, urbanos, tendo como empiria o processo de trabalho na construção civil habitacional. Acredita-se que a análise dessas relações é fundamental para se compreender a seletividade espacial das empresas e a mobilidade da força de trabalho; a fragmentação e especialização da construção civil e suas relações com o assujeitamento dos trabalhadores às formas exploratórias e precárias de trabalho e as contradições dos processos territoriais na cidade em estudo.

Em face disso, inicialmente, são feitos alguns apontamentos teóricos sobre a mobilidade do capital e da força de trabalho e as suas relações com o processo de trabalho na construção civil e com os processos territoriais. Assim, embora se reconheça que a mobilidade do capital e da força de trabalho na cidade em estudo se associa a vários outros processos, restringe-se o seu exame ao processo de trabalho na construção civil habitacional e tem como parâmetro a pesquisa de campo realizada com trabalhadores, lideranças sindicais e empresários do setor para a pesquisa de doutoramento em andamento.

MOBILIDADE TERRITORIAL DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO

Apesar de reconhecer que as mobilidades do capital e da força de trabalho se processam sob diferentes perspectivas (a primeira pode referir-se à mobilidade de capitais entre empresas ou setores econômicos e, a segunda, pode tratar da mobilidade dos trabalhadores no interior dos processos de trabalho, de uma função a outra, de um posto a outro, etc.), entretanto, nesse momento, dá-se atenção à face territorial de ambas.

Nas análises sobre as mobilidades espaciais do capital e da força de trabalho se observa abordagens que as tratam ora vinculadas ao equilíbrio geral do sistema econômico, ora ao grau de liberdade e autonomia dos indivíduos; ou ainda, à temporalidade linear ou cíclica tendo o desenvolvimento capitalista como parâmetro. Contudo, filia-se àquelas que rompem com esses pressupostos e as compreendem como processos simultâneos inseridos numa totalidade histórica, portanto, repletos de contradições.

Nessa orientação teórica essas são consideradas produto e condição do processo geral da acumulação capitalista. Diante disso, destaca-se as contribuições de Gaudemar (1977) que, ao analisar a mobilidade da força de trabalho¹ tendo a dimensão espacial como parâmetro, destaca sua dupla dimensão: Do ponto de vista do “espaço no qual se estende o trabalho” e do “espaço em que o processo de trabalho se executa”. Na primeira dimensão, “[...] a força de trabalho adquire a capacidade de domesticar grandes espaços, todo o espaço geonómico, e por este facto não só se desloca, mas cria os meios das suas deslocações posteriores ou da deslocação dos meios necessários à sua existência” (1977, p. 228). É sob essas condições, que a mobilidade da força de trabalho se constituirá em “[...] mobilidade no espaço (geonómico) enquanto cria uma melhoria das condições de circulação das mercadorias, de todas as mercadorias (incluindo ela própria” (1977, p. 228). Na segunda dimensão, “[...] ao mesmo tempo que a força de

¹ Força de trabalho é aqui entendida conforme define Gaudemar, tendo como base os princípios marxianos: “[...] como a mercadoria que um homem “possui” ou ainda “o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis”. Mercadoria que tem a virtude específica de transformar o dinheiro em capital. Esta mercadoria, “possui, do mesmo modo que qualquer outra, um valor. Como se determina esse valor? Pelo *tempo de trabalho necessário à sua produção*”. Existe então, [...] um *processo de produção* da força de trabalho” (1977, p. 188-189, Grifos do autor).

trabalho começa a conquistar o domínio do espaço, deve concentrar-se nos locais únicos e privilegiados para produzir” (1977, p. 229).

Para Gaudemar (1977),

A força de trabalho conquista o espaço, pelo seu exercício, apenas para uso do capital. O seu próprio espaço de desenvolvimento, o seu próprio espaço de atividade, é limitado ao campo da sua exploração pelo capital no interior dos limites que lhe concede (limites físicos da oficina cooperativa), ao mesmo tempo que permite ao capital dominar o espaço (p. 229).

Nessa direção, a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho não será

[...] apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra, numa relação que lhe confere sentidos profundos no sociometabolismo hegemônico vigente. É, portanto, causa e consequência ao mesmo tempo (PERPETUA, 2013, p. 62).

Assim, com o espaço transformado em força produtiva, a expansão geográfica e a reorganização espacial serão consideradas por Harvey (2005), como estratégias de acumulação ao oferecerem novas oportunidades lucrativas ao capital e, com isso, superar as suas crises. Daí a proposição do autor quanto ao uso da teoria da “ordenação espaço-temporal” ou do “ajuste espacial” (HARVEY, 2006) para a compreensão da mobilidade territorial do capital e da atuação do Estado pelo território com vistas à acumulação capitalista.

Nesse passo, Harvey (2005) defende a tese de que as ordenações espaço-temporais, em diferentes escalas geográficas, materializam a atuação desigual e combinada do capital, por meio da mediação das estruturas e dos poderes financeiros e institucionais, processo que reforça a existência de uma produção econômica do espaço.

É essa compreensão das mobilidades do capital e da força de trabalho que auxilia na análise de suas relações como os processos territoriais urbanos.



AS MOBILIDADES DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM A CONSTRUÇÃO CIVIL HABITACIONAL NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Ao relacionar as mobilidades do capital e da força de trabalho tendo como parâmetro a construção civil habitacional na cidade de Vitória da Conquista, dois aspectos se destacam: o peso substancial dessa atividade econômica na captação de recursos e o uso expressivo da força de trabalho nesse município, no período de 2000 a 2014.

Esses processos decorrem do fato de que a construção civil habitacional passou por transformações substanciais, sobretudo, para atender à lógica expansionista do capital que exigiu a criação de infraestrutura para dar suporte ao modelo de “desenvolvimento” urbano industrial brasileiro. Nesse propósito, a construção civil é acionada para executar as grandes obras que a cidade precisa para torná-la adequada à reprodução ampliada do capital.

Assim, em Vitória da Conquista, desde a década de 1990 registra um crescimento desse setor, especialmente, voltado para a habitação que tem, de certa forma, projetado o município no cenário nacional e baiano. A partir de 2000 essa expansão é ainda mais notada e chama a atenção pelo volume de investimentos públicos e privados; pela ampliação das empresas de grande porte do ramo imobiliário e construtivo; pelas edificações implantadas na malha urbana e pelo uso expressivo da força de trabalho. Entretanto, se por um lado, torna-se visível a ampliação da infraestrutura urbana, sobretudo, habitacional, e a lucratividade das empresas, por outro, nota-se o uso de formas exploratórias e precárias da força de trabalho, conforme apontam Almeida e Oliveira (2013).

Dados disponibilizados nos Censos do IBGE 2000 e 2010 registram um crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, saltando de, aproximadamente, 775 milhões para, aproximadamente, 3.9 bilhões. Os investimentos na construção civil e as atividades de serviços são indicados como os impulsionadores dessa expansão.

Acredita-se que a Política Nacional de Habitação (PNH) por meio dos repasses de recursos do governo federal para o enfrentamento do *déficit* habitacional brasileiro,



com a intermediação da Caixa Econômica Federal (CEF), a exemplo dos Programas: Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH), Programa de Arrendamento Residencial (PAR) - com valor investido até 2014 de R\$ 8.555.064,90, Pró-Moradia e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Com valor investido até 2014 de R\$ 418.401.684,73, somados à facilitação de acesso ao crédito bancário, com linhas de empréstimos específicas para classes distintas, principalmente para construções ou reformas de imóveis, tenham sido os principais responsáveis pelo desenvolvimento da construção civil no município.

Tais investimentos têm também justificado a ampliação do número de empresas de grande porte no mercado local, para atender às demandas habitacionais de diferentes classes sociais, tanto da população de até três salários mínimos, quanto das classes de maiores rendimentos. Vê-se, então, a atuação de grandes empresas cujos empreendimentos por elas realizados estão impressos no espaço urbano com a abertura de novos loteamentos e edificação de conjuntos habitacionais horizontais ou verticais de grande porte, em várias vertentes da malha urbana, fato que expressa a força empreendedora do ramo imobiliário local. Entretanto, é preciso pontuar que essa atuação é determinada pela lógica contraditória do capital, portanto, tanto o local quanto a qualidade das habitações destinadas à classe trabalhadora e às classes de maiores rendimentos, como se verá, demonstrarão a produção desigual e contraditória do território numa sociedade de classes.

Esse comportamento das empresas expressa o processo de dispersão das indústrias da construção civil, antes concentradas nas regiões sul e sudeste ou em regiões metropolitanas, por todo o território. Essas empresas se deslocam para cidades médias e pequenas, acompanhando, em grande medida, o fluxo da liberação de recursos do governo federal para os grandes programas de habitação como os já citados, PAR, PSH e Minha Casa Minha Vida e, também, as demandas privadas por moradia. É essa nova lógica de acumulação do capital que tem justificado a instalação de empresas no interior baiano, em regiões tradicionalmente empobrecidas, mas com formidáveis possibilidades de realização do capital.

Essa mobilidade territorial do capital percebida na escala regional, também se processa na escala urbana e determina e é determinada pelos processos territoriais. As



novas ordenações espaciais, entretanto, irão manter a mesma natureza contraditória da produção desigual e combinada do território.

Essa mobilidade territorial do capital é acompanhada da mobilidade da força de trabalho, no que se refere à sua dimensão territorial. Pois, as atuações do Estado e das empresas do setor de construção produzem um efeito de arraste de força de trabalho da zona rural do município e de cidades circunvizinhas para o trabalho na construção civil.

Acredita-se que o tem facilitado o uso expressivo da força de trabalho na construção civil, em suas mais diferentes formações, é a intensa divisão do trabalho nesse setor. Na atualidade, a construção civil tem sido apontada, como uma das atividades econômicas mais emblemáticas no que se refere à divisão do trabalho em suas mais diferentes configurações e suas implicações na formação da força de trabalho. Os resultados podem ser vistos, sobretudo, nos processos de fragmentação, qualificação e precarização do trabalho e dos trabalhadores, os quais determinam classificações entre os trabalhadores pelas condições de qualificação, remuneração, vínculo empregatício, função, entre outras.

Com essas características, a construção civil criará as condições adequadas para se ter absoluto controle da força de trabalho. Desse modo, tanto irá absorvê-la quanto dispersá-la no momento em que convier aos seus interesses. Ao se ater à empiria analisada², o levantamento de dados e informações sobre o local de nascimento dos trabalhadores assalariados e autônomos entrevistados, mostrou os resultados tanto da saída de trabalhadores da construção civil, no final da década de 1960 e início da década de 1970 quanto da chegada desses trabalhadores no município de Vitória da Conquista. Dentre os trabalhadores entrevistados que atuam na construção civil em Vitória da Conquista, em sua maioria, 53% são naturais de outros municípios e do Estado de São Paulo. Em sua maioria, são municípios situados no Sudoeste baiano, com maior concentração no entorno de Vitória da Conquista. Dentre os trabalhadores que nasceram fora do Estado da Bahia, chama atenção aqueles (7,5%) que indicaram o Estado de São

² Foram entrevistados em janeiro de 2015, para pesquisa de doutoramento, em andamento, 82 trabalhadores assalariados e autônomos que atuam na construção civil na cidade de Vitória da Conquista – BA. Os trabalhadores entrevistados desempenhavam diferentes funções no processo de trabalho da construção civil, como: pedreiros, serventes, pintores, armadores, eletricitas, encanadores, ceramistas, gesseiros, vidraceiros, carpinteiros, entre outros. Além disso, possuíam diferentes idades e tempo de trabalho nessa atividade.

Paulo como o local de nascimento, pois, conforme declaração dos mesmos, são filhos de pais pedreiros ou serventes que, no final da década de 1960 e na década de 1970, engrossaram o fluxo migratório para o sudeste em busca de emprego.

As narrativas de mestres de obras com mais de 60 anos sobre as condições e o contexto do início do trabalho na construção civil, revelam esse movimento de partida e de retorno dos trabalhadores para outros Estados:

Começar mesmo, começou em 1972, fui pra São Paulo eu já sabia levantar casa, mas não sabia fazer uma casa.... Eu fazia alicerce ainda de pedra, não fazia viga não fazia nada, daí fui prá São Paulo daí lá entrei numa firma, fui trabalhar com engenheiro, um engenheiro da firma e um mestre de obra, um cabra legal demais! [...] Aí, comecei assim, trabalhei cinco anos em São Paulo, em 1971, 1972, 1973, no fim de 1973 eu vim embora pra cá [...].³

Eu comecei, quando eu comecei mesmo foi no Rio de Janeiro daí eu fui pra São Paulo, de São Paulo eu vim embora praqui. Tem 38 que eu vim praqui né, de volta de novo.⁴

Esses momentos de afluxo e refluxo de trabalhadores, desde a década de 1970, são determinados pelo capital, por possuir absoluto controle da produção e consumo da força de trabalho. Assim, se por um lado, a expansão da produção requer uma maior absorção da força de trabalho, por outro, as constantes alterações nas forças produtivas produzem um resultado contrário, com a dispensa da força de trabalho que irá se constituir no “exército de reserva” ou “superpopulação relativa”. Ao explicar esse processo, por meio da produção do desemprego, Mézáros assevera:

[...] a necessidade da produção de desemprego, “enxugamento” etc., surge necessariamente dos imperativos produtivos antagônicos do capital que buscam o lucro – e a acumulação – a que não pode absolutamente renunciar, de modo a restringir-se de acordo com os princípios racionais e humanamente gratificantes. O capital deve manter seu impulso inexorável em direção aos seus alvos autoexpansivos, por mais devastadoras que sejam as consequências, ou, do contrário, perde a capacidade de controlar o metabolismo social

³ Entrevista concedida por mestre de obras de 75 anos de idade em 01/11/2014.

⁴ Entrevista concedida por mestre de obras de 65 anos de idade em 02/11/2014

de reprodução. Não há interposição, nem sequer a mínima atenção às considerações humanas (2007, p. 146).

Nesse sentido, contraditoriamente, o trabalhador ao produzir a acumulação do capital, produz, igualmente, as condições para tornarem-se “supérfluos”.

Dentre os que nasceram no município (47%), alguns declararam ser filhos de migrantes, cujos locais de origem são os municípios circunvizinhos. Vê-se que, tanto aqueles que moram em Conquista e nasceram em outros municípios, quanto aqueles que nasceram em Conquista, mas são filhos de migrantes, expressam a face territorial da mobilidade do trabalho que, em parte, a construção civil produziu e ainda produz.

Apesar da abordagem diferenciada, essa constatação também pode ser vista em Sampaio (2013) em sua análise sobre o processo de mobilidade do trabalho e a produção do espaço regional de Vitória da Conquista, em que dá destaque às ocupações da população que trabalha em Vitória da Conquista e mora em municípios vizinhos. Nessa pesquisa, a autora afirma que entre os trabalhadores migrantes a profissão de pedreiro ocupa o primeiro lugar com 25% do total das ocupações. Em sua avaliação,

A profissão de pedreiro ressalta o crescimento da construção civil na cidade e a necessidade das construtoras de contratar mão-de-obra de fora. Esses pedreiros vêm de municípios vizinhos e desenvolvem também a função de mestre de obras. Do município de Barra do Choça, os trabalhadores saem pela manhã em caminhões para o serviço na construção civil em Vitória da Conquista e retomam à tarde. Segundo uma construtora da cidade, os pedreiros são das cidades de Poções, Planalto, Barra do Choça, Cândido Sales, Bom Jesus da Serra e Boa Nova (SAMPAIO, 2013, p.194-195).

A localização da moradia dos trabalhadores entrevistados também demonstra as contradições dos processos territoriais. Embora a maioria resida na sede municipal, 20,5% dos trabalhadores declararam residir em municípios situados no entorno da cidade, com exceção para o município de Correntina e São Paulo.

Os 79,5% dos trabalhadores que moram em Vitória da Conquista declararam residir em bairros que se situam nos limites últimos da malha urbana, cujas condições infraestruturais são precárias ou inexistentes. Ao se considerar que grande parte desses



trabalhadores possuem raízes camponesas, essa tendência corrobora a tese de Conceição ao afirmar:

Expulsa do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta, áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida (2007, p. 79)

Dentre os trabalhadores que moram em outros municípios, observa-se uma concentração em Barra do Choça, com 59% desses trabalhadores e os demais encontram-se distribuídos pelo municípios de Itambé (5,8%), Anagé (5,8%), Tremedal (5,8%), Bom Jesus da Serra (12%), Correntina (5,8%) e São Paulo (5,8%).

Com exceção de São Paulo (cujos trabalhadores afirmaram trabalhar em Vitória da Conquista como autônomos, nos períodos de férias ou de vigência do seguro desemprego), todos os outros municípios dispõem de pouca oferta de trabalho, e possuem como principais fontes de emprego e renda, as aposentadorias pagas pelo INSS e o emprego na Prefeitura Municipal. Desse modo, o trabalho na construção civil em Vitória da Conquista, representa a única alternativa de venda da força de trabalho e, por essa razão, expressa a luta pela sobrevivência desses trabalhadores. É assim que, contraditoriamente, esses processos de busca pelo trabalho, subordinam o trabalhador ao capital, ao tempo em que também se constitui numa estratégia de reprodução dessa força de trabalho.

Essas acomodações territoriais produzem movimentos constantes dos trabalhadores com periodicidades distintas, embora seja, predominantemente, diários (60%). Para Perpetua (2013) isso demonstra a mobilidade espacial da força de trabalho para o capital e, nessa escala,

[...] manifestam a desigualdade espacial combinada, cuja produção é presidida pelo capital que, centralizado num município principal, procura explorar a força de trabalho dos municípios circundantes forçando o seu valor médio de troca para baixo e conformando o que nominamos *célula espacial de acumulação* (p. 73-74) (Grifo do autor).



Essa constatação reafirma o princípio de que a mobilidade territorial do capital determina a mobilidade da força de trabalho pelo território, e isso, em grande medida, explica esses fluxos intermunicipais. Ainda conforme as conclusões de Perpetua, isso ocorre porque simultaneamente, “[...] a mobilidade espacial do capital produz um espaço crescentemente mais fragmentado, polarizado e desigual, o qual, em seguida, guiará suas próprias escolhas locacionais seletivas e definirá itinerários de fluxos migratórios para o trabalho” (p. 2013, p. 75).

Em geral, a mobilidade do capital é expressada, nas escalas regional e urbana pela deslocalização de empresas de grande porte da construção civil dos grandes centros urbanos para Vitória da Conquista e pelos investimentos estatais e privados seletivos pela cidade. Acompanhando, simultaneamente, esse movimento, a mobilidade da força de trabalho é demonstrada pelos diferentes fluxos de trabalhadores pelo território ao encontro do trabalho, na venda de sua força de trabalho (mercadoria) como garantia de sua sobrevivência.

Essas mobilidades determinam e são determinados pelos processos territoriais urbanos. Esse entendimento leva a crer que a desigualdade na produção da cidade de Vitória da Conquista notada, dentre outras possibilidades, pela definição de territórios diferentes e desiguais para a classe trabalhadora e para as de maiores rendimentos, é fundamental para a manutenção da reprodução ampliada do capital. Como dito, é, ao mesmo tempo, produto e condição para sua realização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.C.C.; OLIVEIRA, V. F. de. A memória do trabalho industrial e o espaço de moradia em Vitória da Conquista – BA. In: OLIVEIRA, V. F. de. ; QUADROS, E. M. (Org.) **Modernidade, memória e trabalho**. Curitiba, PR: CRV, 2013, p. 150-162.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**. v.1, n. 1, 2007, p. 77-100.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.



HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. Tradução: Carlos Szlak.

PERPÉTUA, G. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, Jul/2013, p. 58-79.

SAMPAIO, A. V. O. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista – BA**. São Cristóvão/SE, 2013. Tese de Doutorado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2013.